



EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

SPECIAL EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION

LA EDUCACIÓN ESPECIAL DESDE LA PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

Alvaro Carvalho Dias da Silva¹, Jorge Luiz Pereira Correia², Celia Maria da Silva³, Agamenon José Silva Gois⁴,
 Francisco Roberto Diniz Araújo⁵

e494143

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i9.4143>

PUBLICADO: 09/2023

RESUMO

A educação especial, no viés da educação inclusiva, perpassa diversos aspectos de análise e meandros de reflexão histórica e contextual, muitos dos quais destacam-se frente à construção de políticas e práticas educativas que busquem integrar, agregar e valorizar os espaços, individualidades, personalidades e outras características que constituam o indivíduo com limitação de suas capacidades físicas, cognitivas ou até mesmo mentais. No Brasil, é significativa a parcela de alunos especiais que, à guisa de suas necessidades, nem sempre são estimulados, orientados e assistidos como versam os direitos e garantias atribuídos a eles nos ambientes escolares. Ademais, o objetivo do presente estudo foi de discutir a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, analisando o cenário de desafios e potencialidades. Em termos metodológicos, procedeu-se à pesquisa bibliográfica nos principais sítios de busca, a partir do uso de descritores temáticos, considerando os estudos publicados entre os anos de 2018 e 2023. Esta pesquisa foi, ainda, dirigida por meio de base qualitativa, exploratória e explicativa. Concluiu-se que existem, efetivamente, proposições que tornam a educação especial e inclusiva construtiva do ponto de vista dos avanços e desenvolvimento dos estudantes pertencentes a esta classe. Por outro lado, existem desafios que se colocam como verdadeiros impeditivos para fomentar ações que fortaleçam esse cenário, a exemplo de baixa infraestrutura de atendimento especial, docentes sem capacitação e preparação adequadas, alta evasão escolar e índices de reprovação dos alunos, carência de material didático e baixa acessibilidade dos alunos a recursos tecnológicos de qualidade e especializados às suas limitações.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Educação Inclusiva. Deficiências. Ensino e Aprendizagem escolar. Políticas inclusivas.

ABSTRACT

Special education in the perspective of inclusive education permeates various aspects of analysis and intricacies of historical and contextual reflection, many of which stand out in the face of the construction of educational policies and practices that seek to integrate, aggregate and value spaces, individualities, personalities and other characteristics that constitute the individual with limitations in their physical, cognitive or even mental capabilities. In Brazil, there is a significant number of special students who, due to their needs, are not always stimulated, guided, and assisted in accordance with the rights and guarantees attributed to them in school environments. Furthermore, the objective of this study was to discuss special education from the perspective of inclusive education, analyzing the scenario of challenges and potential. In methodological terms, bibliographical research was carried out on the main search sites, using thematic descriptors, considering studies published between the years 2018 and 2023. This research was also conducted using a qualitative, exploratory basis and explanatory. It was concluded that there are, in fact, propositions that make special and inclusive education constructive from the point of view of the advancement and development of students belonging to this class. On the other hand, there are challenges that pose as real impediments to

¹ FACSU Faculdade Sucesso.

² Doutor em Ciências da Educação pela World University Ecumenical, WUE. Faculdade Sucesso FACSU.

³ Mestra em Ciências da Educação pela World University Ecumenical, WUE. Faculdade Sucesso FACSU.

⁴ Mestre em Ciências da Educação pela Emil Brunner World University, EBWU. Professor efetivo de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, IFCE.

⁵ Doutor em Ciências da Educação. Pós-doutor em Psicologia com Orientação em Metodologia da Investigação e Revisão (UFLO). Professor/orientador/revisor na Universidad de Flores (UFLO), Buenos Aires, Argentina. Professor concursado lotado na Secretaria Municipal de São Bento PB. Professor formador do Instituto Federal de Roraima (IFRR).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Célia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois,
Francisco Roberto Diniz Araújo

promoting actions that strengthen this scenario, such as low special service infrastructure, teachers without adequate training and preparation, high school dropout rates and student failure rates, lack of material didactic and low accessibility of students to quality technological resources and specialized to their limitations.

KEYWORDS: *Special Education. Inclusive education. Disabilities. School Teaching and Learning. Inclusive policies.*

RESUMEN

La educación especial en la perspectiva de la educación inclusiva permea diversos aspectos de análisis y entresijos de la reflexión histórica y contextual, muchos de los cuales se destacan de cara a la construcción de políticas y prácticas educativas que buscan integrar, agregar y valorar espacios, individualidades, personalidades. y otras características que constituyen al individuo con limitaciones en sus capacidades físicas, cognitivas o incluso mentales. En Brasil existe un número significativo de estudiantes especiales que, por sus necesidades, no siempre son estimulados, orientados y asistidos de acuerdo con los derechos y garantías que se les atribuyen en el ambiente escolar. Además, el objetivo de este estudio fue discutir la educación especial desde la perspectiva de la educación inclusiva, analizando el escenario de desafíos y potencialidades. En términos metodológicos, se realizó una investigación bibliográfica en los principales sitios de búsqueda, utilizando descriptores temáticos, considerando estudios publicados entre los años 2018 y 2023. Esta investigación también se realizó con base cualitativa, exploratoria y explicativa. Se concluyó que, efectivamente, existen propuestas que hacen constructiva la educación especial e inclusiva desde el punto de vista del avance y desarrollo de los estudiantes pertenecientes a esta promoción. Por otro lado, existen desafíos que se presentan como impedimentos reales para impulsar acciones que fortalezcan este escenario, como la baja infraestructura de servicios especiales, docentes sin la formación y preparación adecuada, tasas altas de deserción escolar y fracaso estudiantil, falta de material didáctico y bajas accesibilidad del alumnado a recursos tecnológicos de calidad y especializados a sus limitaciones.

PALABRAS CLAVE: *Educación Especial. Educación inclusiva. Discapacidades. Enseñanza y aprendizaje escolar. Políticas inclusivas.*

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais, a educação inclusiva tem-se destacado frente a um contexto de significativo discurso político e reflexão estratégica, especialmente no que tange à construção e fortalecimento de um ambiente educativo cuja cultura seja inclusiva, dinâmica e de valorização das identidades e particularidades do seu corpo discente.

De fato, no Brasil, a educação especial orientada para proposições e ações de viés inclusivo, agregador e interativo tem conquistado um patamar crucial e de fomento a olhares especiais sobre realidade experienciada por muitos alunos que apresentam sinais, traços e especificidades atribuídas a alguma deficiência ou uma limitação em sua capacidade, seja ela física, bem como a mental, cognitiva, dentre outras (Santos; Henrique, 2023). A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva é um documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 555/2007, prorrogada pela portaria nº 948/2007, entregue ao ministro da educação em 07 de janeiro de 2008. O documento apresenta as diretrizes para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. A educação especial inclusiva é um método pedagógico que mescla características do ensino regular



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Célia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois,
Francisco Roberto Diniz Araújo

com o do especial. Assim, ela promove a integração entre crianças com diferentes necessidades. A educação especial deixa de se configurar como um sistema paralelo, passando a integrar a proposta pedagógica da escola, apoiando a plena inclusão de todos por meio de recursos, serviços e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para seu público-alvo. A Educação Especial Inclusiva é um híbrido de diferentes métodos de ensino. O seu principal objetivo é integrar alunos com necessidades específicas, seja de aprendizado, seja física, ao restante da comunidade escolar. Os demais alunos, por sua vez, aprendem tanto a conviver com o diferente como a importância da diversidade.

Torna-se a temática extremamente relevante para discussão, ainda mais quando, no país, são muitas as pesquisas recentes que fazem emergir o panorama social enfrentado pelo especial, ainda mais ante ao distanciamento de práticas e de ações mais inclusivas. Um estudo empreendido pelo Ministério da Educação, dados de 2022, compreendendo o Censo Escolar, evidenciou que foi de 3,2% o percentual de alunos em condições especiais considerando o universo mais amplo de alunos matriculados na Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio), ultrapassando a marca de 1,5 milhão de inscrições dentro das redes de ensino no Brasil (Gabriel; Drago, 2022; Santos; Henrique, 2023).

A pesquisa ainda apontou que as matrículas se encontram segmentadas das seguintes formas: 4,3% dos alunos encontram-se inseridos nas creches; 7,7% na pré-escola; 35,3% matriculados no Ensino Fundamental (EF) Anos Iniciais; 30,3% no EF Anos Finais; 13,4% no Ensino Médio e 9,1% de matrículas distribuídas entre os Ensino Profissionalizante e de Jovens e Adultos (EJA). Quanto às modalidades das deficiências dos estudantes, observou-se que o percentual de 51,8% de alunos com se creditavam a alunos com a deficiência intelectual; 24,3% de autismo; 9% deficiência física; 4,9% em baixa visão; 2,3% com deficiência auditiva; dentre outras abordagens nesse viés de percepção estatística (Gabriel; Drago, 2022; Santos; Henrique, 2023).

Dessa forma, frente ao contraste dos dados apresentados, nota-se que deve ser construído ambiente de ensino que seja permeado de olhares mais inclusivos e propositivos para contemplar as necessidades educativas desse público, tendo em vista os desafios e potencialidades que suas condições já evocam como obstáculos ao desenvolvimento de suas competências, aptidões e habilidades, sejam pessoais, sociais ou profissionais.

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, respeito e valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com serviços de saúde e assistência social (Loureiro; Silva, 2021, p. 199).

Nesse sentido, o objetivo basilar do presente estudo é, pois, discutir o viés da educação especial no âmbito da educação inclusiva, discorrendo sobre barreiras, os desafios e potencialidades desse contexto de análise. Para tanto, buscou-se, ainda, o presente estudo contemplar e responder

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Célia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois,
Francisco Roberto Diniz Araújo

ao seguinte problema norteador e central: qual o panorama da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, a questão central no foco no desenvolvimento de aprendizagens significativas desses alunos, qual o panorama relacionado à Educação Inclusiva?

2 MÉTODO

Para a elaboração e desenvolvimento das teorias, bibliografias e suporte da seção teórica do presente estudo, procedeu-se ao uso da revisão de literatura ou de método de pesquisa bibliográfica, exploratória e com análise qualitativa e explicativa.

Para Marconi e Lakatos (2003), a revisão de literatura, aliada à abordagem qualitativa e descritiva, é utilizada quando do levantamento de conjunto de achados científicos na perspectiva da temática de interesse, a fim de ter as informações para fundamentar as hipóteses e ideias pré-definidas (Gil; Vergara, 2015).

No caso em voga, foi realizado levantamento sobre a educação especial com o enfoque estratégico na educação inclusiva, perpassando os desafios, barreiras e o conjunto de potencialidades existentes e discriminadas na literatura acadêmica.

As pesquisas dos dados foram baseadas nas referências de sites, revistas e em periódicos (com fator de impacto significativo na comunidade científica), além de plataforma de universidades (repositórios virtuais) e livros acadêmicos na área aqui discutida e analisada. Os meios *online* priorizados para a pesquisa foram: *Scielo (Scientific Electronic Library Online)*, *Scopus*, além do Banco de Dissertações e de Teses (BDDT) e o Portal de Periódicos da CAPES. Os descritores aplicados na pesquisa e levantamento foram: Educação Especial” AND “Educação Inclusiva” AND “Deficiência” AND “Atendimento Educacional Especializado” AND “Ensino” AND “Aprendizagem”.

Durante a pesquisa foram analisados artigos e textos publicados entre 2018 e 2023, considerando os posicionamentos mais recentes da literatura sobre o tema, e selecionados escritos disponibilizados em língua portuguesa, para situar a teoria e análises no contexto nacional, sendo o seu conteúdo acessível, em sua íntegra, para o *download* e a leitura. Os demais critérios definiram o fator de exclusão dos demais estudos não contemplados na perspectiva do estudo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO E DISCUSSÕES

No contexto brasileiro, muitas foram as reformas e movimentos, além de lutas históricas, que buscaram fortalecer cenário de acesso a oportunidades e construção de práticas e políticas mais inclusivas, tal qual discutidas na Constituição Federal de 1988 e ampliadas, no cenário educativo, a partir da difusão de leis e os documentos orientadores da educação nacional.

Outrora, ainda nessa perspectiva de análise, ficavam os indivíduos com uma limitação física, mental ou cognitiva à margem da definição de políticas públicas e de base social, além de distanciamento do desenvolvimento econômico, do mercado de trabalho, oportunidades diversas e outras dimensões que não buscavam equalizar o direito igualitário e condições de acesso comum a todas as pessoas (Neves; Rahme; Ferreira, 2019).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Célia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois,
Francisco Roberto Diniz Araújo

Nem mesmo as escolas contemplavam esse escopo antes dessas mudanças radicais no cenário socioeducativo, até que essas iniciativas foram implementadas e consolidadas como construto de consecução de aspectos de olhares equânimes aos indivíduos em questão. Apesar dessas conquistas expressivas no campo inclusivo da educação especial, ainda se observam muitas barreiras impedindo a construção de caminho permeado com mais igualdade, autonomia e respeito às individualidades dessas pessoas. No geral, ainda se enxergam preconceitos, estigmas e a ausência de maiores campos de oportunidades e potencialidades para assegurar, nesse viés, o desenvolvimento das competências e das habilidades diversas.

Pais e professores, autoridades educacionais, além de políticos engajados no atendimento a pessoas com deficiência ainda enfrentam o ceticismo, o pessimismo de muitos, cujos olhos, embaçados pelo assistencialismo, a benemerência, o paternalismo, não conseguem vislumbrar o que esse novo sentido da diferenciação traz de avanços e vantagens para todos, indistintamente. A diferenciação para excluir, que motiva a discriminação, e a diferenciação para incluir, que promove inclusão, têm sido exaustivamente explicitadas pelos que se dispõem a esclarecer as atuais pretensões da educação especial (Martins; Silva; Sachinski, 2020, p. 47).

A Educação Especial, em caráter conceitual, trata-se do conjunto de práticas e ações educativas, empregadas com o intuito de possibilitar, aos indivíduos com as limitações evidentes em sua condição, mecanismos para fortalecer a aprendizagem a partir de recursos de ensino compatíveis com suas necessidades, buscando, pois, a construção de um indivíduo capacitado para atuar em sociedade. Esse conceito é, dentre outros aspectos, um apêndice dos principais regramentos que instituem, nas escolas, mecanismos que assegurem a oportunização de ensino de qualidade para esses indivíduos, resultante dos ditames da Constituição Federal de 1988 (Neves; Rahme; Ferreira, 2019; Santos; Henrique, 2023).

É a Educação Especial, ainda, um conjunto de políticas orientadas à prática eficiente e exitosa de ensino e aprendizagem de qualidade em instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, abrindo um espaço para desenvolvimento e fomento de ações educativas de âmbito equânime e igualitário. Esse pressuposto se perfaz no entendimento de que, apesar de atendidas essas condições de igualdade, os aspectos e as dimensões do ensino orientadas às pessoas com limitações especiais devem ser apresentados e ofertadas de acordo com suas necessidades, individualidades e restrições orgânicas (Oliveira; Azevedo; Viana, 2020).

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Célia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois,
Francisco Roberto Diniz Araújo

dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (Oliveira; Azevedo; Viana, 2020, p. 76).

Por sua vez, a educação inclusiva é a concepção educativa que promove uma maior valorização dos indivíduos, potencializando sua participação, interação, assim como do usufruto legítimo dos serviços de ensino. O caráter inclusivo define, assim, a situação de engajamento social, das oportunidades mais claras e coerentes para a todos os envolvidos, sem quaisquer distinções ou preconceitos, reconhecendo todo o indivíduo como único, atuante e relevante à construção de uma cultura expressiva, democrática e plural.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com ensino comum, orientando para atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (Oliveira; Azevedo; Viana, 2020, p. 78).

Sem dúvida alguma, uma das políticas públicas de educação inclusiva mais destacadas no Brasil e que serve de fundamentação para a construção de diversas outras políticas no âmbito da Educação Especial é a Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Bezerra, 2020; Loureiro; Silva, 2021). Sobre esta, trata-se a mesma de prática normativa, cujo objetivo estratégico é o de:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com maior participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e os profissionais da educação para inclusão; participação da família e comunidade; acessibilidade arquitetônica, transportes, mobiliários, nas comunicações e em informação; bem como a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Bezerra, 2020, p. 29).

Uma das grandes contribuições dessa política inclusive é a definição de um espaço para o pleno desenvolvimento das atividades de atendimento educacional especializado (AEE), com a disponibilização de um ambiente, material e professores capacitados para atuação estratégica no acompanhamento da aprendizagem desses estudantes. As salas de AEE, após sua instituição por meio de força de lei, cada vez mais se difundiram no Brasil, interiorizando-se para diversos municípios em que os recursos para financiamento da educação especial e inclusiva fossem destinados.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. O atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e também independência na escola e fora dela. O atendimento educacional



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Célia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois,
Francisco Roberto Diniz Araújo

especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (Bezerra, 2021, p. 15).

Um levantamento promovido pela Diversa, com dados de 2020, revelou que, no Brasil, existiam registrados nos sistemas e em organismos de educação mais de 2,2 milhões de docentes, sendo aproximadamente 45 mil formados por professores que atuavam no âmbito das salas de AEE. Outrossim, um dos desafios observados no contexto da mesma pesquisa evidenciou a ausência de capacitação específica à atuação nesse cenário, uma vez que as práticas pedagógicas e didáticas orientadas a esses alunos são distintas da regência comum.

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, do uso de recursos ópticos e de não ópticos, da tecnologia assistiva e outros (Franco; Gomes, 2020, p. 203).

No ano de 2020, por exemplo, existiam no quadro de docentes da AEE um percentual de apenas 5,5% que apresentavam uma capacitação especializada frente a 94,5% que atuavam sem quaisquer treinamentos ou competência para o exercício e trabalho com estudantes portadores de necessidades especiais. Nesse sentido, faz-se preponderante o entendimento que essa falta de docentes mais preparados para lidar com esses desafios de aprendizagem de alunos especiais reflete num menor êxito e desempenho escolar, com altas taxas de reprovação e evasão, que também se evidenciaram no presente levantamento (Diversa, 2022).

Em relação aos docentes que lecionavam nas salas de AEE que possuíam a formação continuada em Educação Especial, considerando o ano de 2020, notou-se um resultado mais positivo nesse sentido, sendo estes 43,1% dos mesmos frente a 56,9% sem representatividade na formação continuada. Ainda considerando esses mesmos excertos estatísticos, em 2020, existiam quase 58 mil profissionais diversos de suporte às salas de AEE, além de 4,3 mil intérpretes de LIBRAS e quantitativo de 48 guias-intérpretes (Diversa, 2022).

No que concerne às instituições de ensino com a oferta das salas de AEE, no Brasil, com dados de 2022, a Diversa apontou um número de 132,6 mil escolas com matrícula em Educação Especial, representando 74,4% do número geral de escolas de Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) (Diversa, 2022).

Em relação à infraestrutura às pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE) que frequentam as atividades da AEE, observou-se que grande parte delas possuíam banheiros adaptados, além de rampas, vãos e corredores livres, corrimão, elevadores, dentre outros, contudo foi de 26,9% o número de instituições de ensino que não dispunham de recursos aos PNEs (Diversa,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Célia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois,
Francisco Roberto Diniz Araújo

2022), o que expressa que, de fato, existe um caminho longo a ser percorrido até os ambientes apresentarem estruturas e espaços considerados plenamente adequados a este público estudantil.

Quanto às escolas com disponibilização de Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), esse dado tornou-se preocupante a aponta a dimensão desafiadora para a efetivação de instrumentos mais contributivos para desenvolver o ambiente salutar, tal qual preconiza as leis e políticas públicas de educação inclusiva no Brasil. Sobre a observância de SRM, em 2022, apenas 21,5% dispunham dos referidos recursos (Diversa, 2022), o que torna marginalizado o processo de ensino destituído dos mecanismos tecnológicos, resultando em maior desigualdade digitais, propensão à evasão e dificuldades em aprendizagens e compreensão dos conceitos e temáticas propostas na perspectiva da AEE.

4 CONCLUSÃO

A educação especial, no Brasil, é permeada de muitos contrastes e desafios no que compete à inclusão mais efetiva e significativa dos alunos que apresentam e experienciam alguma limitação em suas capacidades físicas, mentais ou cognitivas, o que torna a realidade de ensino e aprendizagem desses indivíduos ainda cercada de muitas reflexões e questionamentos por parte dos organismos de educação.

Apesar dos inúmeros avanços e reformas na Educação Especial, que trouxe a esses atores cada vez mais visibilidade e ações estratégicas orientadas para elevar o potencial educacional e inclusivo, por outro lado, observam-se muitas barreiras e desafios que impedem o pleno desenvolvimento de suas habilidades, competências e suas aptidões sociais, pessoais ou profissionais. Urge-se, no contexto nacional, a ampliação das políticas públicas inclusivas para alunos especiais, contemplando, na escola, o fortalecimento e construção de uma cultura integralizadora, consistente e valorativa, que assegure a consecução dos objetivos inclusivos e que respeite todos os direitos e garantias destinados a essas pessoas.

No âmbito dos estudos analisados, discriminaram-se algumas problemáticas e obstáculos que devem nortear a definição de novos olhares e estratégias para um enfrentamento mais sólido e assertivo desses problemas, quais sejam: a educação especial é permeada de maior número de reprovações, de evasão escolar, reduzido desempenho de alunos, baixa capacidade de acompanhamento, baixa infraestrutura para atendimento especializado desses alunos (salas de AEE), reduzida motivação e capacitação de professores desse segmento, carência de material didático, etc.

Nesse sentido, sugere-se, como pesquisa futura, a análise dos impactos e de resultados de aprendizagem no acompanhamento docente de alunos inseridos nas propostas inclusivas nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A partir desse estímulo, busca-se observar se existe uma evidente melhoria quanto às aprendizagens desses alunos que se encontram em acompanhamento especial, de modo a analisar sua evolução acadêmica e construção de conhecimento acessível e oportuno.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Alvaro Carvalho Dias da Silva, Jorge Luiz Pereira Correia, Célia Maria da Silva, Agamenon José Silva Gois,
Francisco Roberto Diniz Araújo

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, p. 673-688, 2020.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por (auto) crítica propositiva. **Roteiro**, v. 46, 2021.
- DIVERSA. Indicadores da Educação Inclusiva. **DIVERSA**, 2022. Disponível em: <https://diversa.org.br/indicadores/>. Acesso em: 2 jul. 2023.
- FRANCO, Renata Maria; GOMES, Claudia. Educação Inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. **Revista Psicopedagogia**, v. 37, n. 113, p. 194-207, 2020.
- GABRIEL, Emilio; DRAGO, Rogério. Educação Especial e Educação Inclusiva no Contexto das Políticas Públicas: uma revisão histórica e legal. **Revista Transformar**, v. 15, n. 2, p. 66-83, 2022.
- GIL, Antonio Carlos; VERGARA, Sylvia Constant. **Tipo de pesquisa**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Pelotas, 2015.
- LOUREIRO, Célia Regina; SILVA, Rosilene Lima. Políticas públicas de educação inclusiva: desafios à formação de estudantes público-alvo da educação especial. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 2, n. 3, p. 196-210, 2021.
- MARCONI, Marina Almeida; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARTINS, Jeisa Ariele; SILVA, Raquel; SACHINSKI, Ivanildo. Educação especial e educação inclusiva: quem são estes sujeitos na sociedade?. **Anais Simpósio de Pesquisa e Seminário de Iniciação Científica**, v. 1, n. 5, 2020.
- NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria; FERREIRA, Carla Mercês. Política de Educação Especial e desafios de perspectiva inclusiva. **Educação & Realidade**, v. 44, 2019.
- OLIVEIRA, Amanda Maria AZEVEDO, Débora Karoline; VIANA, Flávia Roldan. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva em tempos de pandemia. **Cadernos de Estágio**, v. 2, n. 1, p. 58-82, 2020.
- SANTOS, Luiza Araujo; HENRIQUE, Deborah Stephanie. O direito à educação inclusiva como prática da liberdade. *In: Anais [...]* do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre, 2023.